

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 1 | Nº 1 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3840221>



DINÂMICA EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO E O CAMINHO DO NEOFASCISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Leonardo Carnut¹

Resumo

O presente texto faz uma breve análise conjuntural do caminho que o neofascismo percorreu na institucionalidade desde os governos progressistas Lula e Dilma até o segundo ano do governo Bolsonaro. A análise repousa na compreensão do salto qualitativo da dinâmica exploração-opressão como um elemento característico do neofascismo enquanto fenômeno sociopolítico e, que na educação superior brasileira, se expressa principalmente pela defesa generalizada da educação à distância.

Palavras chave: conjuntura, educação superior, neofascismo.

Abstract

The present text makes a brief conjunctural analysis of the path that neo-fascism followed in institutionality since the progressive governments Lula and Dilma until the second year of the Bolsonaro government. The analysis rests on the understanding of the qualitative rise in the dynamics of exploitation-oppression as a characteristic element of neo-fascism as a socio-political phenomenon and, which in Brazilian higher education, is expressed mainly by the generalized defense of distance education.

Keywords: conjuncture, higher education, neofascism.

O neofascismo brasileiro vem investido cada vez mais em operacionalidades que permitem que a educação superior seja um celeiro de um salto qualitativo na dinâmica exploração-opressão (BEINSTEIN, 2019). Este salto qualitativo na exploração do trabalho do professor advém da insistência em hegemonizar o uso da mediação tecnológica estendendo e intensificando a jornada de trabalho docente (exploração), além de acentuar as desigualdades sociais pela expropriação de direitos com claro caráter classista, racista e sexista (opressão). Em outras, palavras, tratam-se do excesso e dos abusos do uso da mediação tecnológica na educação superior o que permitem expressar que o projeto neofacista quer torná-la o principal método de ensino-aprendizagem neste setor.

Nessa esteira, a substituição das interações humanas por aquelas excessivamente medidas por tecnologias desumaniza as relações e operacionalizam formalmente uma cultura de competição. Trata-se do surgimento de uma cultura de auditoria que produz uma noção muito limitada de regulamentação e avaliação, e a visão estreita e prejudicial de que os estudantes são clientes e as faculdades devem operar como empresas privadas (GIROUX, 2017). Ora, essa lógica de uma ‘universidade operacional’,

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pós-doutor em Saúde Pública (Ciências Sociais e Humanas em Saúde) pela Universidade de São Paulo (USP). Email para contato: leonardo.carnut@unifesp.br



conforme aponta Chauí (2003), pode estar no cerne do projeto neofascista. Contudo, como a mesma autora nos ilumina, para se chegar a essa ‘colheita, precisamos reconhecer como o terreno foi ‘adubado’.

Em que pese toda relevância social realizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no poder (2002-2016), cabe considerar o argumento de Moraes (1998), quando trata sobre o neoliberalismo e neofascismo, que a opção na insistência em reformas sociais (reformismo) em detrimento de alterações estruturais (no modo de produção) é um dos diversos elementos relacionados ao crescimento da fascistização, especialmente nas camadas médias e populares. Apenas por esta razão, pode-se inferir que o período Lula-Dilma, caracterizado por um esforço reformista, deixou de propor alternativas ao modelo desenvolvimentista neoliberal (neodesenvolvimentismo). Mesmo reconhecendo que o PT teve seu êxito em convergir interesses tão antagônicos (burguesia bancário-rentista, industrial, grande e médio empresariado, sindicatos altamente organizados e movimentos sociais em um amplo arco de alianças), esta articulação tinha prazo para expirar.

É importante lembrar que a descoberta do Pré-sal e a possibilidade de exploração dos royalties do petróleo deram novo ânimo à pauta do financiamento do direito à educação. No entanto, em votação histórica no parlamento federal, o financiamento do crédito estudantil para as entidades privadas de educação superior foi considerado ‘gasto público em educação’. Esse evento, associado a uma queda no valor do barril de petróleo em 2016, frustrou governos subnacionais e a comunidade das universidades públicas e garantiu a alegria do coordenadora-geral da organização Todos Pela Educação (principal *think tank* neste setor).

O primeiro sinal de desgaste desta correlação de forças se deu nas jornadas de junho de 2013, no qual as massas (de forma desorganizada) clamavam por mais direitos tal qual o direito à educação (clamava-se, à época, por Escolas “Padrão-Fifa”, remetendo-se à qualidade dos estádios de futebol construídos para o mundial sediado no Brasil). Naquele momento, o encaminhamento realizado por Dilma Rousseff foi reunir o empresariado (e não a classe trabalhadora) na tentativa de manter a “governabilidade”, já em processo de rearticulação.

O rumo desta nova correlação foi se delineando em direção às parcelas conservadoras dos poderes legislativo e judiciário que, ao denunciarem os esquemas de corrupção na estatal Petrobrás consolidou a manobra política de desqualificação pública do governo do PT. Isto permitiu aflorar, primeiramente, o sentimento de “antipetismo”, polarizando o debate político-partidário e, em segundo, reforçou a repulsa da pequena burguesia pelos pobres (ou os ‘de baixo’), marca já constitutiva da formação social brasileira (IANNI, 1986), encontrando guarida no neofascismo latente na sociedade.

Parece razoável reconhecer que esta sucessão de fatos guarda muita semelhança com o que Beinstein (2019) descreve sobre o neofascismo à luz da radicalização da exploração:



Assim como o fascismo clássico, o neofascismo significa a radicalização da exploração de recursos humanos e naturais, ainda que o primeiro não tenha tido aplicação a nível planetário e a capacidade tecnológica do segundo. Em ambos os casos, trata-se de um grande salto qualitativo da dinâmica de exploração-opressão do capitalismo triturando liberdades democráticas, garantias sociais das classes baixas, identidades culturais, etc. Todavia, continuamos impactados pelas atrocidades passadas do fascismo sem nos dar conta muitas vezes da carga de barbárie, muito maior, da qual é portador o neofascismo. Os grandes genocídios do século XX se ofuscam ante as consequências possíveis da devastação neofascista em curso, protagonizada pelo Império e seus aliados [grifo nosso] (BEINSTEIN, 2019; p. 10).

Assim, após a construção de uma forte correlação de forças conservadoras no Congresso Nacional (expressa principalmente pela Bancada BBB: do Boi, da Bala e da Bíblia) o golpe institucional à Dilma foi dado curso. Justificado juridicamente a partir de manobras contábeis já realizadas por governos anteriores (pedaladas fiscais), o inquérito parlamentar foi julgado em votações que escancararam a face medonha do conservadorismo brasileiro, já em processo de fascistização (SILVEIRA, 2016). Isto pode ser observado pela evocação da maioria dos parlamentares a palavras de ‘ordem’ tais quais ‘família, pátria e Deus’ remetendo-se a um suposto “glorioso” passado militar, fenômeno reconhecido nos estudos do neofascismo como ‘palingênese’.

Após o golpe, o governo golpista de Michel Temer foi designado a realizar a transição necessária à retomada de hegemonia da burguesia no poder. Já com uma parcela da população aderindo à retórica de centro neofascista, aproveitou a oportunidade para pavimentar a destruição do direito à educação. A Emenda Constitucional 95 de 2016, que congela os gastos com educação durante 20 anos é a medida de austeridade mais severa que não encontra nenhum precedente no mundo. Ao forjar este cenário de asfixia dos recursos públicos, Temer tinha como mira o ensino à distância.

É pertinente atentar que toda esta discussão da educação à distância, o uso de tecnologias na educação e a apropriação pelo setor privado dos discursos, métodos e recursos das políticas educacionais estão entremeados de aspectos técnicos e de interesses de grupos políticos e empresariais, que podem ser melhor detalhados e analisados em outra oportunidade. Contudo, vale ressaltar que o problema essencial não é a tecnologia em si, mas o uso que dela se faz para atender aos interesses do mercado privado que tem a cada dia se movido mais do setor produtivo industrial para o setor de serviços buscando expandir-se para os serviços públicos de educação.

Não custa lembrar que, antes mesmo de assumir, Bolsonaro cogitou que o ensino superior poderia não estar mais vinculado a este ministério. Sua intenção, aliada à lógica de enxugamento administrativo do executivo federal, era fundir o ensino superior à pasta da ciência e tecnologia. Após voltar atrás desta intenção mantendo o Ministério da Educação, Bolsonaro tratou de usar a pasta para difusão ideológica de seu governo, naquele momento cogitando do presidente da Associação Brasileira de Educação à Distância à época.



Já no governo, uma das primeiras medidas claramente neofascista tomada na educação, já no governo Bolsonaro, foi nomear um militar como ministro. Ainda no final de 2018, em grande sintonia com a Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED, 2018), Ricardo Vélez Rodriguez, professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e também ligado ao ideólogo obscurantista de extrema direita Olavo de Carvalho, foi nomeado a conduzir o processo de fomentar a histeria das classes médias (considerada o ‘colchão ideológico’ da classe dominante) para espriarem o descontentamento com a universidade pública.

É essencial descrever que Olavo de Carvalho é um astrólogo autoproclamado filósofo, responsável pela difusão de ideologias de extrema direita, do obscurantismo e do ultraconservadorismo no Brasil. O astrólogo tem sido apontado como o grande responsável pelo ressurgimento da ‘extrema direita’ no Brasil, sendo considerado pela imprensa como o ‘guru’ de Jair Bolsonaro (CALIL, 2020). Assim, é possível confirmar que a difusão daquelas ideologias é também responsável pelo crescimento do neofascismo entre a “nova direita” brasileira. Alves-Cepêda (2018) problematiza este setor chamado de “nova direita” quando analisa um manifesto publicado em 2012 intitulado “*Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo*” (COUTINHO; PONDÉ; ROSENFELD, 2012).

Em sequência, em menos de três meses na pasta, e através de questionamentos, a respeito da morosidade na condução das ações, feitos por diversos deputados no congresso nacional (dentre eles Tábata Amaral – Partido Democrático Trabalhista – PDT), o ministro Vélez foi destituído do cargo. Esses personagens e suas origens importam muito neste debate. Tábata Amaral é uma jovem deputada federal de 25 anos que ganhou destaque após um vídeo que disseminou na *internet* que demonstrava o enfrentamento que fazia ao ex-ministro Ricardo Vélez Rodriguez. Após cair no ‘gosto popular’ por seu protagonismo juvenil, um breve exame sobre sua fonte de recursos financeiros para estudar na Universidade de Harvard nos faz perceber que suas intencionalidades no debate educacional encontram amparo no imperialismo estadunidense.

Para não restar dúvidas sobre o caráter neofascista de Vélez, mesmo atacando as instituições de educação superior públicas, ele não poupou esforços em definir a Educação Básica à sua imagem e semelhança. Mesmo não podendo perder de vista nosso foco (educação superior), vale citar que o auge da tensão sobre esse ministro se deu quando propôs reescrever a história do Brasil nos livros didáticos em uma versão “revisada” que ressaltaria as glórias do passado militar com a negação da Ditadura que durou mais de vinte anos.

Como substituto do Ministro da Educação demitido após três meses no governo, Bolsonaro nomeou Paulo Abraham Weintraub, professor da Universidade Federal de São Paulo para assumir a



pasta. Figura polêmica e muito ativa nas redes sociais não tem poupado a universidade pública, reiterando a soma de ataques a essa instituição com diversas medidas que reforçam o caráter intensivo da dinâmica exploração-opressão, especialmente através do ‘Programa Futura-se’. Lançado em 17 de julho de 2019, esse programa tem, oficialmente, o objetivo de dar maior “autonomia financeira a universidades e institutos por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo” (BRASIL, 2019).

Conforme argumenta Silva Júnior (2019), esse ministro retoma o antigo discurso da reorganização da universidade sob a orientação do mercado, principalmente atrelada à tecnociência, que encontra boa receptividade entre muitos dos professores-pesquisadores que defendem o novo modelo institucional: a Universidade Empreendedora. Neste sentido, a proposta do programa Futura-se ancora-se em três principais eixos condutores da reforma da universidade pública brasileira: 1) Gestão, Governança e Empreendedorismo; 2) Pesquisa e Inovação e 3) Internacionalização. Por conseguinte, conforme afirma ainda esse autor, o modelo de autonomia financeira proposto fica à mercê das grandes corporações nacionais e mundiais, reorganizando as universidades públicas em Organizações Sociais, dependentes do setor privado e vendendo serviços – o que indica a direção para a mercantilização máxima.

Para caracterizar melhor como a dinâmica exploração-opressão tem se expressão na educação pública superior, podemos considerar que as principais medidas da política da atual administração do MEC, que grosso modo, podem ser elencadas em:

- a) contingenciar os investimentos em bolsas de pesquisa para mestrados e doutorados acadêmicos no Brasil (refletindo na incapacidade de estudantes das classes populares em se sustentar cursando a educação superior devido aos gastos pessoais como transporte, alimentação, vestuário, material didático e, em alguns casos, moradia; pois muitos estudantes mudam de cidade para estudarem pós-graduação nos grandes centros urbanos);
- b) incentivar as universidades públicas a depender do financiamento privado para pesquisas (promovendo o desfinanciamento público da pesquisa universitária, forçando as pesquisas autopatrocinadas e restringindo o espectro do docente universitário apenas ao ensino além de abrir espaço para a perda da autonomia intelectual em conjunto com o aumento do conflito de interesses na pesquisa); e
- c) articular com o Ministério do Planejamento, a reconfiguração da carreira do docente universitário (flexibilizando a carreira no magistério superior ao facultar a dedicação exclusiva – com perda salarial considerável – e intensificando o trabalho a luz da terceirização da gestão da universidade pública com foco em metas de desempenho produtivistas) (KNOBEL; LEAL, 2019).

Além do Futura-se há propostas asfíxiantes para os outros níveis educacionais, como na Educação Básica: Educação Conectada reforça a mediação tecnológica através do repasse R\$ 224 milhões para conectar 100% das escolas aptas a receber *internet* e R\$ 60 milhões para levar acesso à



web a 8 mil rurais; e o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, traço palingenético, que no Brasil se associa à “ordem” sob ditadura militar, que visa à implantação de 216 escolas cívico-militares até 2023.

Assim, concordamos com Giroux (2017) quando argumenta que as forças do fundamentalismo de livre mercado estão usando o sistema educacional para reproduzir uma cultura de privatização, desregulamentação e comercialização, enquanto assaltam as disposições sociais. Contudo, mesmo reconhecendo os direitos civis e que estes devem ser garantidos através da luta política, especialmente para melhoria da condição de vida da classe trabalhadora, esperar que o ‘Estado Social’ conduza a política da educação superior à prosperidade de forma ‘regular e automática’ é um ledô engano, conforme nosso cenário demonstra.

É pertinente explicar que, quando usamos “Estado Social” nos apoiamos em Boschetti (2016) que busca captar a regulação econômico-social por meio de políticas sociais (incluindo aí, as de educação), atribuindo ao Estado capitalista suas determinações objetivas, explicitando que a incorporação dessas políticas pelo Estado não extrai dele sua característica essencialmente capitalista.

REFERÊNCIAS

ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. “Proposta de Educação à Distância no ensino público divide opiniões”. **Portal Eletrônico da ABED** [2018]. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/proposta_sobre_EAD_no_ensino_publico_divide_opinioes.pdf>. Acesso em: 21/05/2020.

ALVES-CEPÊDA, V. A “Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais”. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, vol. 23, n. 2, 2018.

BEINSTEIN, J. “Neofascismo e Decadência: o planeta burguês à deriva”. **Portal Eletrônico do IELA** [2019]. Disponível em: <<http://www.iel.ufsc.br/noticia/neofascismo-e-decadencia-o-planeta-burgues-deriva>>. Acesso em: 21/05/2020.

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

BRASIL. Ministério da educação. “Programa Futura-se”. **Portal Eletrônico do MEC** [2019]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/78211-mec-lanca-programa-para-aumentar-a-autonomia-financeira-de-universidades-e-institutos>>. Acesso em: 21/05/2020.

CALIL, G. “L’astrologue qui inspire Jair Bolsonaro”. **Le Monde Diplomatique** [02/2020]. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/2020/02/CALIL/61307>>. Acesso em: 21/05/2020.

CHAUÍ, M. “A universidade pública sob nova perspectiva”. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 24, 2003.



COUTINHO, J. P.; PONDÉ, L. F.; ROSENFELD, D. **Por que virei à direita**: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

GIROUX, H. “Thinking Dangerously: The Role of Higher Education in Authoritarian Times”. Truthout Website [26/06/2017]. Disponível em: <<https://truthout.org/articles/thinking-dangerously-the-role-of-higher-education-in-authoritarian-times/>>. Acesso em: 21/05/2020.

IANNI, O. **A ideia do Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

KNOBEL, M.; LEAL, F. “Higher Education and Science in Brazil: A Walk toward the Cliff?”. **International Higher Education**, Fall Issue, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.6017/ihe.2019.99.11639>>. Acesso em: 21/05/2020.

MORAES, R. C. C. “Neoliberalismo e neofascismo és lo mismo pero no és igual?” **Crítica Marxista**, vol. 1, n. 7, 1998.

SILVA JUNIOR, J. R. **Parecer sobre o Programa Future-se a pedido do CoC-CECH**. São Carlos: UFSCar, 2019.

SILVEIRA, R. M. G. “A fascistização da sociedade brasileira”. **Anais do XVII Encontro Estadual de História**, vol. 17, n. 1, 2016.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 1 | Nº 1 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima